**CONTRATO Nº /SIURB/14.**

**LICITAÇÃO: CONVITE Nº 084/14/SIURB.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2014-0.008.631-7.**

**CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

**CONTRATADA: AÇÃO ENGENHARIA LTDA.**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRAL DE EDIFICAÇÃO PARA REFORMA E ACESSIBILIDADE DA EMEF CONDE LUIZ EDUARDO MATARAZZO, SITUADA NA AV. PADRE TIAGO ALBERIONE, 150 – SP/BT.**

**VALOR: R$ 31.391,77 (TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).**

**PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**

Pelo presente INSTRUMENTO, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, neste ato representada pelo **Senhor** **Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras-SIURB**, Roberto Garibe adiante designada simplesmente **PREFEITURA** e, de outro, a empresa **AÇÃO ENGENHARIA LTDA**, sediada na **Rua Correia Salgado, 608 – Ipiranga no Município de São Paulo**, inscrita no CNPJ sob o nº **61.389.359/0001-97**, neste ato representada pelo  **Sócio Diretor, Sr. Renato Prado de Camargo Leão**, portador do RG nº **11.514.872** e do CPF nº **969.413.328-91** residente na **Av. Dr. Altino Arantes, 648 – Apto. 114 – Mirandópolis/SP**, adiante designada simplesmente CONTRATADA, de acordo com despacho autorizatório exarado pelo Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Infraestrutura  Urbana e Obras – SIURB, às fls. **365** do processo administrativo nº **2014-0.008.631-7** publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de **20/11/2014**, resolvem as partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 13.278, de 07 de janeiro de 2002, Decreto Municipal nº. 44.279, de 24 de dezembro de 2.003, Decreto Municipal nº. 48.184 de 13 de março de 2007, Decreto Municipal nº 50.977, de 06 de novembro de 2009 e Portaria nº 02/SIURB-G/2009, publicada no DOC de 10/01/09 e pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO CONTRATUAL E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

**1.1.** Constitui objeto deste Contrato a **prestação de serviços técnico-profissionais para levantamento topográfico e cadastral de edificação para reforma e acessibilidade da EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo, situada na Av. Padre Tiago Alberione, 150 – SP/BT**, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los de acordo com o Edital de CONVITE nº 084/14/SIURB, Memorial Descritivo de fls. **252/262**, Planilha de Orçamento de Custos Básicos de fls. **237/239** e demais elementos que compõem o processo administrativo mencionado no preâmbulo, os quais passam a integrar este instrumento.

**1.2.** Ficam também fazendo parte deste Contrato, o Edital, as Especificações e Elementos Técnicos constantes do processo de licitação, a Ordem de Início, Cronograma Físico-Financeiro, A.R.T., e, mediante termo de aditamento, quaisquer modificações que venham a ocorrer.

**Cláusula Segunda - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Os trabalhos serão executados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preços unitários.

**Cláusula Terceira  - DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS**

**3.1.** O valor do presente Contrato é de **R$ 31.391,77 (trinta e um mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos)** – Data-base: **outubro/2014**.

**3.2.** As despesas correspondentes onerará a dotação orçamentária nº **16.10.12.368.3010.1430.4.4.90.51.00.00** do orçamento vigente, suportada pela Nota de Empenho nº **104791/14**.

**3.3.**  Quando o prazo contratual abranger mais de um exercício financeiro, será observado o princípio da anualidade orçamentária.

**Cláusula Quarta  - DOS PREÇOS E REAJUSTES**

**4.1.** O preço para execução deste objeto, será aquele constante da Proposta da Contratada, parte integrante do respectivo instrumento contratual.

**4.1.1.**  O valor total oferecido remunerará todas as despesas necessárias à execução dos serviços, bem como as despesas da CONTRATADA.

**4.2.**Eventuais materiais e serviços não previstos neste Edital e seus Anexos, e que sejam imprescindíveis ao bom andamento da obra, serão remunerados utilizando a Tabela de Custos Unitários SIURB, da seguinte forma:

**4.2.1.**   Será adotada como referência, para efeito de composição dos custos extracontratuais, a **Tabela de Custos Unitários nº 051/EDIF/SIURB/14 (publicada no D.O.C de 24/05/2014), com data-base (Io) JANEIRO/2014*.*** Deverá o custo ser atualizado à data base da **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA,** na forma estabelecida no item 9..3.2.2  do Edital, utilizando-se como deflator o índice contratual definitivo relativo ao mês em que se deu a composição, sobre os quais incidirá o percentual representado pelo “valor total dos custos básicos proposto” em relação ao “valor total dos custos básicos orçado” pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

**4.2.2.**    Quando não constantes da referida Tabela de Custos Unitários, os preços dos serviços extracontratuais serão compostos com base nos preços praticados pelo mercado, retroagidos à data base da **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**, utilizando-se como deflator o índice contratual definitivo relativo ao mês em que se deu a composição, sobre os quais incidirá o percentual representado pelo “valor total dos custos básicos proposto” em relação ao “valor total dos custos básicos orçado” pela Prefeitura Municipal de São Paulo devidamente atualizado de acordo com o item 9.3.2.2 do Edital.

**4.2.3.** Não estando disponível o índice definitivo ***“IPC”***, deverá ser utilizado índice provisório, em caráter precário, devendo o termo de aditamento respectivo conter cláusula de adequação dos preços compostos, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**4.3.**   Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**4.4.**    Os preços contratuais não serão reajustados, em cumprimento ao estabelecido nas normas federais e municipais pertinentes porque o prazo de execução dos serviços é inferior a 01 (um) ano.

**4.5**.    Autorizada a prorrogação, se o prazo de vigência do Contrato ultrapassar o período de 01 (um) ano, desde que sem culpa da Contratada, serão aplicáveis as disposições legais pertinentes, de acordo com a Lei Federal nº 10.192/01 e com o Decreto 48.971/07, em consonância com o disposto no Decreto nº 25.236/87, e Portaria SF 142/2013;

**4.5.1.** O reajuste será calculado pela seguinte fórmula:

**R = Po x C**

**C = I - 1**

**Io**

Onde:

R = valor do primeiro reajuste;

Po = valor dos serviços reajustáveis;

C = fator de reajustamento IPC

Io = número índice do mês de apresentação da proposta;

I = número índice do mês do aniversário da proposta.

**4.5.2.** O marco inicial para o cômputo do período de reajuste será a data base da Proposta, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 10.192/2001;

**4.5.3**.   Caso não seja conhecido o índice do mês da efetiva execução dos serviços para fechamento da medição mensal, será adotado o último índice publicado. Após a obtenção do índice relativo ao mês da medição, será processado novo cálculo de reajustamento, onde a diferença constatada, conforme seja, será corrigida por meio de débito ou crédito em faturamento posterior.

**4.6.**   As condições ou a periodicidade dos reajustes de preços anteriormente estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra a superveniência de normas federais ou municipais que disponham de forma diversa sobre a matéria.

**Cláusula Quinta  - DA MEDIÇÃO**

**5.1.** A medição mensal dos serviços executados deverá ser requerida pela Contratada, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de adimplemento de cada parcela.

**5.2.**  O valor de cada medição corresponderá à somatória das quantidades efetivamente realizadas multiplicadas pelos custos unitários orçados pela PMSP, sobre o qual será aplicada o percentual representado pelo “valor total dos custos básicos proposto” em relação ao “valor total dos custos básicos orçados pela PMSP”, e sobre este incidirá o percentual do BDI ofertado pela Contratada.

**5.3.**  A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o décimo quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

**5.3.1.**  Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte inconteste da medição dos serviços executados.

**5.4.** No processamento de cada medição, nos termos da Lei Municipal nº. 14.097, de 08 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 47.350/06 e Portaria SF nº. 072 de 06 de junho de 2006, a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Eletrônica Fiscal, devendo o ISS – Imposto Sobre Serviços ser recolhido de acordo com o disposto na Lei Municipal nº. 13.476, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 14 865, de 29 de dezembro de 2008, e ainda, alterações posteriores. Fica o responsável tributário independentemente da retenção do ISS, obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

**5.5.** A CONTRATADA deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social – GPS -, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal Eletrônica.

**5.6.**  A medição final dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as pendências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do contrato.

**Cláusula Sexta  - DO PAGAMENTO**

**6.1.** Os pagamentos observarão os limites de desembolso máximo por período estabelecidos no Cronograma constante do Anexo VII do Edital, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**6.2.** O pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente, na Agência indicada pela CONTRATADA, do BANCO DO BRASIL S/A conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 de 23/01/2010, a 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do adimplemento de cada parcela, observadas as disposições da Portaria SF 045/94;

**6.3.** Em caso de atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva do Contratante, ocorrerá a compensação financeira estabelecida no subitem 1 da Portaria SF nº 05/2012, a qual dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado;

**6.3.1.** Para fins de cálculo da compensação financeira, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “*pro-rata tempore*”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

**6.4.** Constitui ainda condição para pagamento, a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL” (Lei Municipal nº 14.094/06), o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração, bem como comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista;

**6.5.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação dos serviços.

**Cláusula Sétima - DO PRAZO E CRONOGRAMA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte)**dias corridos, contados a partir da data da sua assinatura;

**7.2.** O prazo para execução dos serviços será de **30 (trinta)**dias corridos, a contar da data fixada na Ordem de Início, que será expedida pela Prefeitura, devendo os serviços serem desenvolvidos de acordo com as seguintes etapas:

**Até 12 dias:** Levantamento Topográfico completo;

**Até 15 dias:** Análise da PMSP do levantamento Topográfico e Levantamento Cadastral de Edificações;

**Até 20 dias:** Análise da PMSP do Levantamento Cadastral de Edificações e entrega final do Levantamento Topográfico revisado;

**Até 30 dias:** Entrega final do levantamento cadastral de edificações revisado.

**7.2.1.** Em caso de necessidade de prorrogação contratual para a conclusão do objeto desta licitação, serão observadas as regras pertinentes, contidas no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**7.3.** Quando em atraso, a CONTRATADA será intimada a ativar os trabalhos, de forma a adequá-los às etapas referidas no subitem 7.1, implicando a falta de atendimento à intimação a imposição da penalidade prevista na Cláusula Décima deste contrato.

**7.4.** A Contratada apresentará ao Departamento de Edificações - EDIF-3, dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da assinatura deste Contrato, para análise e aprovação da Fiscalização, o cronograma Físico-Financeiro de desenvolvimento das obras, devidamente conformado ao seu valor e prazo de execução.

**7.5.** Verificada a necessidade de alteração contratual, quer quantitativa, quer de prorrogação de prazo, que envolva modificação do Cronograma, este deverá ser refeito e apresentado à Fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, incidindo a Contratada, no caso do não atendimento desta disposição, na multa estipulada no item 10.1.3 da Cláusula Décima deste Contrato.

**Cláusula Oitava - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

**8.1**. O objeto do Contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste

**8.2.** A Fiscalização, ao considerar o objeto do Contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

**8.3**. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado por Comissão designada pela autoridade competente mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do término dos serviços, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

**8.4**. A Contratada, após o recebimento definitivo do objeto contratual, autoriza quaisquer alterações que se façam necessárias no objeto original, não sendo considerada infringência aos direitos morais e patrimoniais do autor, previstos na Lei Federal 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

**8.5**. A responsabilidade da Contratada pela qualidade e correção dos serviços elaborados, bem como, por sua adequação à legislação e às técnicas vigentes à época da sua execução, subsistirá na forma da lei, mesmo após seu Recebimento Definitivo, podendo ser convocada a qualquer momento para resolução de problemas oriundos dos trabalhos contratados.

**8.5.1**. O responsável técnico da Contratada poderá ser convocado, a qualquer momento, para resolução dos problemas oriundos do projeto, correção de detalhes construtivos, esclarecimentos de omissões de falhas de especificações e etc, até a conclusão e recebimento definitivo dos serviços objeto do Contrato.

**Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**9.1.**    A fiscalização dos trabalhos será feita por SIURB. No documento correspondente à Ordem de Início, a Prefeitura indicará o profissional que ficará responsável pela Fiscalização, o qual manterá todos os contatos com a Contratada e determinará as providências necessárias, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços e determinar o que deve ser refeito.

**9.2.** Compete à CONTRATADA:

**9.2.1.** Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados, de acordo com o estabelecido nas normas do Edital de Convite, em especial do Memorial Descritivo constante do Anexo V, do Edital, bem como, atendendo a todas as disposições contidas no “Caderno de Encargos de Serviços Técnicos” da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, responsabilizando-se pelos danos decorrentes da realização de referidos trabalhos.

**9.2.2.** Corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua elaboração.

**9.2.3.**  A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como, por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.

**9.2.4.** A Contratada obriga-se, a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.

**9.2.5.** A CONTRATADA deverá fornecer, no prazo estabelecido pela P.M.S.P., os documentos necessários à lavratura de Termos Aditivos e de Recebimento Definitivo, sob perna de incidir na multa estabelecida na cláusula “Décima” deste instrumento.

**9.3.** Compete à PREFEITURA, por meio da Fiscalização:

**9.3.1.** Fornecer à CONTRATADA todos o elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;

**9.3.2**. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que sejam apresentadas pela CONTRATADA;

**9.3.3.** Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;

**9.3.4.** Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

**9.3.5**. Promover, com a presença da CONTRATADA, as medições dos serviços executados e encaminhar a mesma para pagamento;

**9.3.6.** Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, projetos, especificações, prazos e cronograma;

**9.3.7.** Acompanhar os trabalhos, desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução e o atendimento das especificações;

**9.3.8.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem;

**Cláusula Décima - DAS PENALIDADES**

**10.1.**  Pelo descumprimento das obrigações assumidas a Contratada estará sujeita às penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, da Lei Federal nº. 8666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/03 e Portaria nº. 02/SIURB-G/2009, estando sujeita ainda às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor do contrato reajustado nas mesmas bases do ajuste:

**10.1.1.**  Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejem a rescisão do contrato ou sanção mais severa;

**10.1.2.**Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início dos serviços, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, sob pena de rescisão contratual;

**10.1.3.** Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual para cada subitem não cumprido da Clausula 10.2 do Contrato

**10.1.4.**  Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

**10.1.5.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da etapa a que pertencer o serviço considerado pela fiscalização mal executado, independentemente da obrigação de refazimento do serviço, nas condições estipuladas neste contrato;

**10.1.6.**    Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega final dos serviços;

**10.1.7.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo contratual por sua inexecução parcial;

**10.1.8.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por sua inexecução total;

**10.1.8.1.**  A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 atualizada, podendo a empresa ser suspensa para licitar, impedida de contratar com a Administração Pública pelo período de até 01 (um) ano, e ainda, se for o caso, ser declarada inidônea.

**10.2.**  As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

**10.3.**   As multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente moratório, e consequentemente o pagamento não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

**10.4.**   A abstenção por parte da SIURB, do uso de quaisquer das faculdades contidas no instrumento contratual e neste Edital, não importa em renúncia ao seu exercício.

**10.5.**   A aplicação de qualquer penalidade prevista neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores e na Lei Municipal n.º 13.278/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.279/03, no que couber.

**10.6.**   Os atrasos injustificados superiores a 30 (trinta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados como inexecução total do instrumento.

**10.7.** O valor da multa será atualizado monetariamente, nos termos da Lei 10.734/89, Decreto 31.503/92, e alterações subsequentes.

**10.8.**   As importâncias relativas às multas serão descontadas do primeiro pagamento a que tiver direito a Contratada, desde que obedecido o devido processo legal, nos termos do artigo 54 e seguintes o decreto 44.279/03.

**10.9.**  A Contratada estará sujeita, ainda, às sanções penais previstas na Secção III, do Capítulo IV, da Lei  Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**Cláusula Décima Primeira - DA RESCISÃO**

**11.1.**  Sob pena de rescisão automática, a CONTRATADA **não poderá** transferir ou subcontratar no todo ou em parte o objeto do Contrato, sem prévia autorização escrita da Prefeitura.

**11.2.**  Constituem motivos para rescisão de pleno direito deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos no artigo 78 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal n. 13.278/02 e no inciso II do artigo 6º do Decreto nº 48.184, de 13 de março de 2007.

**11.3.**  Na hipótese de rescisão administrativa, a CONTRATADA reconhece, neste ato, os direitos da PREFEITURA, previstos no artigo 80 da Lei Federal 8.666/93.

**Cláusula Décima Segunda - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**12.1.**  Toda e qualquer alteração contratual deverá ser previamente justificada por escrito e autorizada por autoridade competente, devendo ser formalizada por Termo de Aditamento, lavrado no processo originário, até o final da obra ou serviço.

**12.2.** CONTRATADA se obriga a aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que lhe forem determinados, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

**12.3.**  No caso de supressões, os materiais adquiridos pela CONTRATADA e postos no local dos trabalhos serão pagos pelos preços de aquisição, devidamente comprovados.

**12.4.**  A execução dos serviços extracontratuais só deverá ser iniciada pela CONTRATADA quando da expedição da respectiva autorização e assinatura do respectivo termo de aditamento ao presente instrumento.

**Cláusula Décima Terceira - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.**    A critério da contratante, a Contratada na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços até o limite de 30% do valor inicial do contrato;

**13.2.** Caso positivo, a subcontratação deverá ser previamente justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, também por escrito, devendo ser formalizada por termo de aditamento, lavrado no processo original.

**Cláusula Décima Quarta - DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO**

**14.1.**  A ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditiva da execução do contrato, poderá ensejar, a critério da PREFEITURA, suspensão ou rescisão do ajuste.

**14.2.**   Na hipótese de suspensão, o prazo contratual recomeçará a correr, pelo lapso de tempo que faltava para sua complementação, mediante a expedição da Ordem de Reinício.

**Cláusula Décima Quinta  - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** Elegem as partes o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, mais precisamente o Juízo Privativo das Varas da Fazenda Pública, para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preterirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes contratantes o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, após terem lido do mesmo, na presença das 02 (duas) testemunhas ao final assinadas.

São Paulo,    de               de 2015.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**P R E F E I T U R A**

**ROBERTO GARIBE**

**SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS**

**SIURB**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**C O N T RA T A D A**

**AÇÃO ENGENHARIA LTDA**

**SÓCIO DIRETOR**

**RENATO PRADO DE CAMARGO LEÃO**

**RG N° 11.514.872**

**CPF N° 969.413.328-91**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_                                          \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Cristiane R. Tavares de Souza                                     Elisabete de O.Araújo**

**RG nº 47.259.328-6                                                        RG nº 10.188.035-2**